

MINUTA**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – SESC-AR/DF N.º XXX/2026**

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL – SESC-AR/DF** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL – SESC-AR/DF**, sediado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA Trecho 2, Quadra 2, Lote 1.130, Brasília/DF, CEP 71.200-020, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.288.908/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo **CARGO DA AUTORIDADE COMPETENTE**, Sr. **NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em (Estado/UF), de um lado e, do outro, a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual n.º XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vacinação contra Influenza, incluindo o fornecimento da vacina antigripal quadrivalente e sua aplicação por profissionais habilitados, visando ao atendimento dos empregados do Sesc-AR/DF.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico n.º **XXXXX/2026**, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores pela prestação dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE VACINA ANTIGRI PAL QUADRIVALENTE E APLICAÇÃO POR PROFISSIONAL HABILITADO. Especificação Técnica: Vacina Influenza inativada, quadrivalente, contendo cepas H1N1, H3N2, B (Linhagem Victoria) e B (Linhagem Yamagata), oferecendo proteção ampliada em relação à vacina trivalente, com registro ativo na ANVISA, validade mínima de 6 meses no ato da entrega, acondicionada entre +2°C e +8°C, com garantia de manutenção da cadeia de frio e aplicação realizada por profissional habilitado.	SV	3.000	R\$ XXX	R\$ XXX
VALOR TOTAL				R\$ XXX	

Parágrafo primeiro. A quantidade prevista nesta Cláusula é estimada e, portanto, a solicitação dar-se-á de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, mediante a emissão da Ordem de Compra.

Parágrafo segundo. Nos valores acima, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, tais como fretes, tributos, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outras despesas necessárias à prestação do serviço, objeto deste Contrato.

Parágrafo terceiro. A descrição pormenorizada da especificação técnica encontra-se detalhada no item 2 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados nas unidades do CONTRATANTE e demais locais vinculados, conforme tabela abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
Sesc Sede	Sia Trecho 4 Lote 80/90. CEP 71.200-040.
Sesc Samambaia	QR 101 Conjunto 1 Lote 01 - Samambaia. CEP 71250-070
Sesc Asa Norte	SGAN 912/712 - Asa Norte, Brasília - DF. CEP 70790-120
Sesc Taguatinga Sul	Área Especial nº 03 Setor F Sul – Taguatinga Sul – CEP: 72.025-500.
Sesc Guará	QE 4, Área Especial A, térreo, Guará I, Guará/DF, CEP 71.010-613.
Estação 504 Sul	EQS 504/505, Bloco A, térreo e subsolo, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.331-570.
Sesc Setor Comercial Sul	SCS Quadra 2, Bloco C, Lote 227, Ed. Presidente Dutra, sobreloja e 1º andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.302-900.
Sesc Unidades Móveis	QR 101 Conjunto 1 Lote 01 - Samambaia. CEP 71250-070
Sesc Ceilândia	QNN 27, Área Especial, Lote B, térreo, Ceilândia Norte, Ceilândia/DF, CEP 72.225-270.
Edusesc - Ceilândia	QNN 27, Área Especial, Lote B, térreo, Ceilândia Norte, Ceilândia/DF, CEP 72.225-270.
Sesc Gama	Setor Leste Industrial, Quadra 1, Lotes 620, 640, 660 e 680, térreo, Gama/DF, CEP 72.445-000.
Edusesc - Gama	Setor Leste Industrial, Quadra 1, Lotes 620, 640, 660 e 680, térreo, Gama/DF, CEP 72.445-000.
Sesc Taguatinga Norte	CNB 12, Área Especial 2/3, térreo, Taguatinga Norte, Taguatinga/DF, CEP 72.115-125.
Edusesc - Tag.Norte	CNB 12, Área Especial 2/3, Taguatinga Norte – DF. CEP 72.115-125.

Sesc 913 Sul

SEPS 713/913, Conjunto F, térreo, Asa Sul,
Brasília/DF, CEP 70.390-135.

Parágrafo primeiro. A execução dos serviços poderá ocorrer em outras unidades ou locais indicados pelo CONTRATANTE, dentro do Distrito Federal, conforme necessidade da Administração.

Parágrafo segundo. As atividades deverão observar as normas sanitárias vigentes, incluindo boas práticas de vacinação, biossegurança e orientações dos órgãos de saúde.

Parágrafo terceiro. A CONTRATADA será responsável pela destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução do serviço, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável.

Parágrafo quarto. Em caso de intercorrências pós-vacinação, a CONTRATADA deverá prestar as orientações necessárias e adotar os procedimentos cabíveis conforme protocolos de saúde.

Parágrafo quinto. O pessoal destinado à prestação dos serviços deverá trabalhar uniformizado, identificado e não terá vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo contratado, subordinado e remunerado única e exclusivamente pela CONTRATADA, que será responsável por encargos sociais e trabalhistas, 13º salário, férias, vales-transporte, auxílio alimentação, seguros de acidentes de trabalho, impostos, taxas, contribuição previdenciária, verbas rescisórias e outros previstos em lei ou em normas coletivas de trabalho.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA assumirá plena responsabilidade pelos acidentes de trabalho que venha sofrer seu pessoal.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do CONTRATANTE, pelo gestor designado, mediante envio formal de Ordem de Compra ao endereço eletrônico informado pela CONTRATADA.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da OC no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do envio, sendo presumido, para todos os fins, o recebimento caso não haja manifestação no prazo estipulado.

Parágrafo segundo. É de responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados cadastrais atualizados durante toda a execução contratual, inclusive o endereço eletrônico informado na proposta.

Parágrafo terceiro. Em caso de alteração de dados, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao gestor da contratação.

Parágrafo quarto. Após o recebimento da Ordem de Compra, a CONTRATADA deverá executar os serviços conforme cronograma previamente acordado com o CONTRATANTE, nos locais indicados.

Parágrafo quinto. O CONTRATANTE poderá recusar a execução dos serviços caso estes não estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com sua proposta e com as condições estabelecidas neste Instrumento, no Termo de Referência e no Edital.

Parágrafo sétimo. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a respectiva nota fiscal, acompanhada da comprovação da realização dos serviços, incluindo relação dos empregados vacinados e demais registros pertinentes.

Parágrafo oitavo. O descumprimento dos prazos e condições estabelecidos implicará na aplicação das sanções previstas neste Instrumento e no Termo de Referência e na legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

a) executar os serviços conforme especificações e prazos estabelecidos neste

instrumento e no Termo de Referência;

- b) disponibilizar profissionais qualificados e legalmente habilitados para a aplicação das vacinas;
- c) fornecer as vacinas, insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, garantindo sua adequada conservação, transporte e armazenamento, com manutenção da cadeia de frio;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento das normas sanitárias e de biossegurança aplicáveis à atividade de vacinação;
- e) manter atualizada toda a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária relativa aos serviços prestados;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros;
- g) substituir, sempre que necessário e mediante solicitação do CONTRATANTE, profissionais que não estejam desempenhando adequadamente suas funções;
- h) garantir que as vacinas fornecidas possuam registro ativo na ANVISA, com autorização para uso no território nacional e estejam dentro do prazo de validade no momento da aplicação;
- i) realizar o registro das aplicações realizadas, contendo identificação dos vacinados, e fornecer comprovante de vacinação;
- j) responsabilizar-se pela destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, conforme legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) disponibilizar todas as informações necessárias para a execução dos serviços contratados;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições contratuais;
- c) comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades identificadas na execução dos serviços;
- d) efetuar os pagamentos devidos conforme prazos e condições estabelecidos;
- e) solicitar correções ou ajustes nos serviços quando detectadas não conformidades;
- f) garantir acesso da CONTRATADA às unidades e aos locais necessários para a execução dos serviços;
- g) disponibilizar responsável para acompanhamento da execução dos serviços nas unidades, quando necessário.

Parágrafo único. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros decorrente de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO SERVIÇO

A CONTRATADA deverá garantir a qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados, incluindo o adequado fornecimento, conservação e aplicação das vacinas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços, como problemas relacionados à conservação das vacinas, aplicação inadequada ou inconsistências nos registros, a CONTRATADA deverá realizar, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, as correções necessárias, conforme orientações da área técnica requisitante.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação

exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;

c) não haja prejuízo à aquisição do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total do objeto, sendo admitida, excepcionalmente, a subcontratação parcial de atividades acessórias, desde que previamente autorizada pelo CONTRATANTE e que não comprometa a qualidade, segurança e responsabilidade técnica na execução dos serviços.

Parágrafo primeiro. A vedação à subcontratação total fundamenta-se na necessidade de assegurar que a execução dos serviços de vacinação seja realizada por empresa que detenha responsabilidade técnica sobre toda a operação, incluindo fornecimento, conservação, transporte e aplicação das vacinas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pelos serviços executados, inclusive aqueles eventualmente subcontratados, não sendo afastada sua responsabilidade perante o CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro. Qualquer subcontratação realizada sem autorização prévia caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSTENTABILIDADE

Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, serão observadas, em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações voltadas à sustentabilidade ambiental, em atenção ao art. 23 da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

Parágrafo primeiro. Dentre as recomendações voltadas à sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, sempre que possível, adotar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo o correto gerenciamento e destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços de vacinação, em conformidade com a legislação aplicável.

Parágrafo segundo. Poderão ser adotados critérios adicionais de sustentabilidade, conforme as especificidades do objeto e as diretrizes institucionais aplicáveis

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Instrumento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme o art. 33, da Resolução Sesc n.º 1.593/2024, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva, com nota fiscal devidamente atestada pela Gerência Geral de Gestão de Pessoas.

Parágrafo primeiro. Deverá estar especificada a quantidade, com o respectivo valor unitário e total, e a comprovação de recebimento pelo CONTRATANTE.

Parágrafo segundo. Nos valores apresentados na nota fiscal já estarão inclusos taxas, fretes, impostos, seguros e outros encargos legais decorrentes do cumprimento do objeto.

Parágrafo terceiro. O CONTRATANTE não efetuará pagamento por meio de boleto bancário.

Parágrafo quarto. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sendo que o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

Parágrafo sexto. Conforme preceitua a jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União – TCU, mesmo que não haja a regularização fiscal da CONTRATADA no prazo concedido no parágrafo sexto, não haverá retenção de pagamento de serviço já prestado.

Parágrafo sétimo. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção, e o prazo de pagamento será alterado sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo oitavo. Em razão das obrigações acessórias decorrentes da legislação vigente que rege os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o CONTRATANTE poderá efetuar, caso haja incidência, as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS e Contribuição Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

Os valores contratados não sofrerão reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo único. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da vigência contratual em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FORMALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido nas hipóteses previstas em lei, especialmente quando ocorrerem fatos supervenientes, extraordinários e imprevisíveis que alterem as condições econômicas originalmente pactuadas, a exemplo de:

- a) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe após a apresentação da proposta, devidamente comprovados, que impactem diretamente na execução do Contrato;
- b) alterações legislativas ou regulamentares supervenientes, que impliquem aumento de custos ou oneração das obrigações assumidas pelo contratado;
- c) variações significativas e imprevisíveis de preços de insumos essenciais para a execução do contrato, mediante justificativa e desde que devidamente comprovadas e autorizadas pela instituição.
- d) situações supervenientes, a exemplo de deflação, hiperinflação ou majoração excessiva de custos.

Parágrafo único. Para fins de análise e eventual concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor deverá apresentar formalmente à instituição, a seguinte documentação mínima:

- a) requerimento formal detalhando as razões e fundamentos que motivam o pedido de reequilíbrio, com referência específica ao fato superveniente que justifica a revisão, demonstrando o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual;
- b) demonstrativo econômico-financeiro que comprove a alteração dos custos, detalhando os valores antes e após o evento que enseja o reequilíbrio;
- c) documentos comprobatórios dos fatos alegados, a exemplo de:
 - i. notificações, portarias, alterações legislativas ou regulamentares que tenham impactado o contrato;
 - ii. comprovação de variação de preços de insumos (notas fiscais, tabelas de preços oficiais, índices setoriais);
 - iii. relatórios técnicos ou periciais que atestem a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
 - iv. planilha de custos detalhada com memória de cálculo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro. O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independentemente de aviso.

Parágrafo segundo. Permanecem devidos os valores relativos aos serviços regularmente executados até a data da rescisão.

Parágrafo terceiro. Expirado o prazo estabelecido na Cláusula Décima Segunda, e caso não haja interesse em sua renovação, expressamente manifestado, os serviços efetivamente prestados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo quarto. Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação da CONTRATADA;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da CONTRATADA, devidamente comprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

- a) advertência por escrito;
- b) multa, conforme detalhamento constante na tabela de grau e infração;
- c) suspensão do direito de licitar ou contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato;
- d) impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por um prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, com abrangência nacional, nas seguintes hipóteses:
 - i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ii) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - iii) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - iv) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - v) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

Parágrafo primeiro. Para efeito de aplicação das penas de multa às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	2% sobre o valor da Ordem de Compra
02	3% sobre o valor da Ordem de Compra
03	4% sobre o valor da Ordem de Compra
04	5% sobre o valor da Ordem de Compra
05	7% sobre o valor da Ordem de Compra

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não realizar os serviços solicitados.	5	Por ocorrência
2	Realizar os serviços em especificações diferentes do contratado.	4	Por ocorrência
3	Não manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por ocorrência
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	3	Por ocorrência
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE	1	Por ocorrência

acidental ou indevida;

c) acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do CONTRATANTE;

d) garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidem com os dados pessoais sob responsabilidade do CONTRATANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção do objeto deste Contrato. Ainda treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

Parágrafo segundo. Exceto se previamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE, os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao CONTRATANTE para que este tome as medidas que julgar cabíveis.

Parágrafo quarto. A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários ou terceiros autorizados;

b) qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

Parágrafo quinto. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao CONTRATANTE e/ou a terceiros resultantes diretamente do descumprimento de qualquer das disposições previstas neste Instrumento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA declara-se ciente e concorda com a PPTDP que estabelece diretrizes e regras para garantir que seus destinatários entendam e cumpram as legislações que versem sobre a proteção de dados pessoais em todas as interações com atuais e futuros titulares de dados pessoais, terceiros e agentes de tratamento de dados pessoais externos ao CONTRATANTE no âmbito de suas atividades.

Parágrafo sétimo. O CONTRATANTE adotará todas as medidas para deixar seus parceiros, colaboradores e clientes também cientes de que a CONTRATADA, em decorrência do presente Contrato, poderá ter acesso, utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pelo CONTRATANTE e seus clientes ("Dados Protegidos"), exclusivamente para fins específicos do presente contrato.

Parágrafo oitavo. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

Parágrafo nono. O CONTRATANTE deve dar ciência aos seus clientes sobre a LGPD e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de seus clientes para que a CONTRATADA cumpra o disposto neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente CONTRATO poderá ser alterado, por meio de Termo Aditivo, que formaliza as alterações contratuais por acordo entre as partes, nos termos do art. 37 da Resolução Sesc n.º 1.593/2024.

Parágrafo primeiro. O Contrato poderá sofrer acréscimos em até 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do Contrato, mediante justificativa, e sofrer supressões

nos limites estabelecidos entre as partes.

Parágrafo segundo. Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo, com exceção das seguintes hipóteses, que poderão ser alteradas mediante simples Termo de Apostilamento, dispensada a assinatura das Partes:

a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato;

b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Contrato;

c) alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;

d) alteração do responsável pelo acompanhamento da execução contratual;

e) prorrogações de vigência previstas no Contrato;

f) adequações derivadas de erro material.

Parágrafo terceiro. Os Termos de Apostilamento, quando formalizados, serão enviados à CONTRATADA para conhecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília/DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantida à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESC-AR/DF – ARP N.º XXXX/2026

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL – SESC-AR/DF**, sediado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) Trecho 04, Lotes 80, 90, 100 e 110, Brasília/DF, CEP 71200-041, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.288.908/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo **CARGO DA AUTORIDADE COMPETENTE**, Sr. **NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE**, brasileiro, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º xxxxxx, SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado em Brasília/DF, em face do Pregão Eletrônico com Registro de Preços n.º XXXX/2026, RESOLVE Registrar o Preço da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com Inscrição Estadual n.º xxxxxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CIDADE/UF, CEP xxxxxx, doravante denominada FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representada pelo seu procurador, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º xxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxx, residente e domiciliado em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução Sesc n.º 1.593/2024 do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio, devendo ser observadas as bases e os fornecimentos ora indicados.

Seguindo a ordem de classificação, RESOLVE Registrar as seguintes empresas para formação de cadastro de reserva:

1ª Classificada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º. XXXXXXXX, Inscrição Estadual n.º. XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, XXXX/UF – CEP: XXXXXXXX, doravante denominada FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representada pelo seu sócio Sr. XXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º. XXXXXXXX, SSP/XX e CPF sob o n.º. XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliado em XXXXXX-XXX.

2ª Classificada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º. XXXXXXXX, Inscrição Estadual n.º. XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, XXXX/UF – CEP: XXXXXXXX, doravante denominada FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representada pelo seu sócio Sr. XXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º. XXXXXXXX, SSP/XX e CPF sob o n.º. XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliado em XXXXXX-XXX.

1. DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vacinação contra Influenza, incluindo o fornecimento da vacina antigripal quadrivalente e sua aplicação por profissionais habilitados, visando ao atendimento dos empregados do Sesc-AR/DF, condições e demais anexos que compõem o Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XXXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE VACINA ANTIGRI PAL QUADRIVALENTE E APLICAÇÃO POR PROFISSIONAL HABILITADO. Especificação Técnica: Vacina Influenza inativada, quadrivalente, contendo cepas H1N1, H3N2, B (Linhagem Victoria) e B (Linhagem Yamagata), oferecendo proteção ampliada em relação à vacina trivalente, com registro ativo na ANVISA, validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	SV	3.000	R\$ XXX	R\$ XXX

acondicionada entre +2°C e +8°C, com garantia de manutenção da cadeia de frio e aplicação realizada por profissional habilitado.				
VALOR TOTAL				R\$ XXX

1.3. A descrição pormenorizada da especificação técnica encontra-se detalhada no item 2 do Termo de Referência.

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e o FORNECEDOR REGISTRADO será responsável por cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo o Sesc-AR/DF perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto da licitação.

2.2. O Fornecedor Registrado deverá garantir a qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados, incluindo o adequado fornecimento, conservação e aplicação das vacinas, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

2.2.1. Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços, como problemas relacionados à conservação das vacinas, aplicação inadequada ou inconsistências nos registros, a CONTRATADA deverá realizar, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, as correções necessárias, conforme orientações da área técnica requisitante.

2.3. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente desta licitação será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

2.3.1. Prorrogada a Ata de Registro de Preços, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

2.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Sesc-AR/DF não estará obrigado a adquirir o objeto registrado exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo optar por contratar com a abertura de novo processo licitatório, quando julgar mais conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Contudo, será assegurado à detentora do registro o direito de preferência ao fornecimento em condições de igualdade.

2.5. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser acrescida em até 50% (cinquenta por cento) de seu quantitativo inicialmente registrado, mediante acordo entre as partes.

2.6. O valor registrado não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

2.7. A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pelo Sesc-AR/DF, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

2.7.1. O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

2.8. A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o cumprimento da obrigação assumida.

2.9. O Sesc-AR/DF poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a licitante vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.

2.10. Para que a Proposta Financeira da licitante vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.

2.11. Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização do Sesc-AR/DF.

3. DA FORMALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

3.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido nas hipóteses previstas em lei, especialmente quando ocorrerem fatos supervenientes, extraordinários e imprevisíveis que alterem as condições econômicas originalmente pactuadas, a exemplo de:

- a) Ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe após a apresentação da proposta, devidamente comprovados, que impactem diretamente na execução do contrato;
- b) Alterações legislativas ou regulamentares supervenientes, que impliquem aumento de custos ou oneração das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO;
- c) Variações significativas e imprevisíveis de preços de insumos essenciais para a execução do contrato, mediante justificativa e desde que devidamente comprovadas e autorizadas pela instituição.
- d) Situações supervenientes, a exemplo de deflação, hiperinflação ou majoração excessiva de custos.

3.1.1. Para fins de análise e eventual concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar formalmente à instituição a seguinte documentação mínima:

- a) Requerimento formal detalhando as razões e fundamentos que motivam o pedido de reequilíbrio, com referência específica ao fato superveniente que justifica a revisão, demonstrando o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual;
- b) Demonstrativo econômico-financeiro que comprove a alteração dos custos, detalhando os valores antes e após o evento que enseja o reequilíbrio;
- c) Documentos comprobatórios dos fatos alegados, a exemplo de:
 - i. Notificações, portarias, alterações legislativas ou regulamentares que tenham impactado o contrato;
 - ii. Comprovação de variação de preços de insumos (notas fiscais, tabelas de preços oficiais, índices setoriais);
 - iii. Relatórios técnicos ou periciais que atestem a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
 - iv. Planilha de custos detalhada com memória de cálculo.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O Sesc-AR/DF é o responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para Registro de Preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

4.2. Caso o FORNECEDOR REGISTRADO não cumpra as obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico SRP n.º XXXX/2026**.

4.3. Respeitada a ordem de classificação registrada em Ata, será verificada a manutenção das condições de habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do Registro de Preços.

4.4. Quando comprovada qualquer das hipóteses do subitem anterior, a Gerência de Compras e Contratos – GECOMP, poderá convocar, se houver, as empresas subsequentes na ordem de classificação registrada em Ata para assinatura do contrato e posterior fornecimento.

4.4.1. Ressalta-se que a medida do item anterior não impede a aplicação das punições, previstas na legislação pertinente, à empresa inadimplente.

4.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por outro departamento da entidade e por serviço social autônomo, desde que nas mesmas condições firmadas com o Sesc-AR/DF.

- 4.6. O Aderente informará ao Gerenciador o seu interesse em aderir ao Registro de Preços.
- 4.7. O Gerenciador indicará ao Aderente os quantitativos de bens e serviços previstos no instrumento convocatório, o fornecedor, as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.
- 4.8. As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.
- 4.9. As razões da conveniência de aderir ao Registro de Preços cabem ao Aderente.
- 4.10. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o FORNECEDOR REGISTRADO deverão ser realizadas durante a vigência do Registro de Preços.
- 4.11. O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no Registro de Preços e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.
- 4.11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá optar por não contratar com o Aderente.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

- 5.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.
- 5.1.1. Na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, fica assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o recebimento dos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados até a data do cancelamento, desde que devidamente atestados e aceitos pelo Contratante.
- 5.2. O FORNECEDOR deixará de ter o seu preço registrado quando:
- a) descumprir as condições assumidas nesta Ata de Registro de Preços;
 - b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
 - c) quando, justificadamente, não for mais do interesse do Sesc-AR/DF.
- 5.3. Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:
- a) por inadimplência de qualquer das partes;
 - b) falência ou liquidação do fornecedor;
 - c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do Sesc-AR/DF;
 - d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.
- 5.4. Desde que restem interessados, não haverá inviabilidade ou cancelamento da Ata de Registro de Preços caso qualquer das empresas convocadas não compareça, recuse ou desista de assiná-la. Ressalta-se que essa medida não impede a aplicação das punições previstas na legislação pertinente.

6. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do FORNECEDOR REGISTRADO com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata;
 - c) não haja prejuízo à aquisição do objeto pactuado;
 - d) haja a concordância do CONTRATANTE.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 7.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como demais normativos aplicáveis à matéria, responsabilizando-se pela confidencialidade, sigilo e segurança de todos os dados

pessoais eventualmente acessados, tratados ou compartilhados no âmbito da execução contratual. A descrição completa encontra-se no item 25 do Termo de Referência.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e em seus Anexos, garantido ao Fornecedor Registro o contraditório e a ampla defesa.

8.2. Compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses de adesão por outro departamento da entidade ou por serviço social autônomo.

8.2.1. Nos casos de adesão à Ata de Registro de Preços por outro departamento da entidade ou por serviço social autônomo, caberá ao ente aderente a instrução do processo administrativo destinado à aplicação de penalidades relacionadas às suas próprias contratações, observadas as disposições da Resolução SESC nº 1.593/2024, devendo o órgão gerenciador ser cientificado nas hipóteses de aplicação da penalidade de suspensão ou impedimento do direito de licitar ou contratar ao FORNECEDOR REGISTRADO.

9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, será observada em todas as fases do procedimento licitatório as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, em atenção ao art. 23 da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

9.2. Dentre as recomendações voltadas à sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, sempre que possível, adotar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo o correto gerenciamento e destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços de vacinação, em conformidade com a legislação aplicável.

9.3. Poderão ser adotados critérios adicionais de sustentabilidade, conforme as especificidades do objeto e as diretrizes institucionais aplicáveis.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. O FORNECEDOR REGISTRADO concorda em tratar e manter sob sigilo todas as informações compartilhadas em decorrência da execução dos serviços, na mesma medida e grau de diligência que dispensam às suas próprias informações confidenciais, não revelando, por ação ou omissão, quaisquer informações obtidas durante os trabalhos, sem o prévio e expresso consentimento do Sesc-AR/DF.

10.2. O termo "informações" abrangerá toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível e outras informações técnicas, financeiras e comerciais.

10.3. O FORNECEDOR REGISTRADO e seus sucessores responsabilizar-se-ão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham a causar à imagem do Sesc-AR/DF e/ou a terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto deste instrumento.

10.4. Nos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições do Código Civil para dirimir qualquer dúvida relativa a este Termo de Registro de Preços.

10.5. Constituem partes integrantes e complementares deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação que originou o presente, bem como todos os seus Anexos, a proposta de preços do FORNECEDOR REGISTRADO e demais documentos do processo licitatório.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido ao FORNECEDOR REGISTRADO a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Nome da autoridade competente

Cargo da autoridade competente do Sesc-AR/DF

CONTRATANTE

Nome do representante
Razão social do Fornecedor
FORNECEDOR REGISTRADO